Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Última Hora (R. J.)

Class.: Político Indig. Oficial

Data: 15 de Novembro de 1980

Pg.: 439

FALA O POVO

190 Política indigenista

Profundamente incoerente e sinuosa a política indigenista dos nossos últimos governos. Imbuídos de um economismo sem as devidas conotações sociais, têm acentuado desprezo pelas terras dos índios e não compreendem, por falta de lastro cultural, seu grau de evolução, mais voltados para uma exploração natural dos produtos da terra que satisfaçam suas necessidades básicas do que para cúpidos projetos de uma industrialização desenfreada, ciosa de grandes lucros e poucos escrúpulos com a exploração intensiva da agricultura e da pecuária.

A preocupação dos atuais governos brasileiros diante do descalabro financeiro enfrentado em função da imprevisão de sua política energética, então, baseada em petróleo de exíguo custo e no abandono das atividades agropastoris, com vistas a uma implantação industrial desordenada entregue ao voraz capitalismo multinacional, volta-se agora para ocupação de nossos espaços vazios, numa tentativa desesperada de assentar suas bases normais numa racional utilização da terra, a razão fundamental da sobrevivência de qualquer povo.

Assim, ao invés de seu uso técnico, cuja ecologia lhe concede os fundamentos científicos, permitindo-lhe uma exploração intensiva dos solos, procura-se, infeliz e erradamente, pelas queimadas e derrubada das matas, quando não usados os violentos processos químicos com os mesmos objetivos, sua utilização extensiva, esgotando-os rapidamente, com a transformação em áreas desérticas.

Faça tal evidência, a sua valorização se torna crescente e ambiciosamente especulativa e os governos, na ânsia economista para se livrar de embaraçosos apertos financeiros, abrem estradas para uma melhor atração populacional e na tentativa sempre feliz de valorizar as áreas marginais.

O resultado de tal política, fundamentada na impregnação nazista de nossos governantes, degenera na execráta conquista do espaço vital em detrimento de povos mais fracos e menos aguerridos. Com seus pesados meios de destruição, apoiados em ambição desmedida, são ocupados os espaços e as reservas, destinadas aos silvícolas. Esquecem-se governos de que nossos aborígenes são constitucionalmente seus tutelados, cabendo-lhes sua proteção e preservação contra qualquer pretensão de dominá-los ou escravizá-los, roubando-lhes as terras e destruindo-lhes a cultura fetichista.

Na incontida cobiça econômica, os próprios órgãos governamentais se transformam em agentes ativos desse evidente genocídio, pois não faltam palavras e atos profundamente desumanos de governadores como os de Mato Grosso e Roraima, de senadores e deputados, que contrariando explícitos preceitos constitucionais, em clara infringência legal, sem qualquer coibição por parte de altas autoridades administrativas, que clamam e empregam meios violentos pela posse das terras indígenas, considerados, em sua estreita mentalidade financista, improdutivos.

Praticam o maior dos sacrilégios, pois, além de roubar o solo de seus antepassados, destroem e matam seus antepassados, já que os índios representam um dos grandes ramos na formação étnica de nosso povo.

Que se observe nossa gente do norte, nordeste e centro-oeste para se bem sentir a força genética de nosso silvícola; portanto, desampará-lo e principalmente destruí-lo, como se preterde, é crime inconcebível e parricídio sociológico inominável.

Não bastasse tal descalabro há pouco vimos pretensões governamentais no sentido duma ampla emancipação dos silvícolas, evidentemente com os fins ocultos de apropriação de suas terras, já que sem a malícia e a esperteza do homem branco seriam iludidos prontamente em sua ingenuidade.

Talvez um estudo mais ponderado e diante de abalizadas contestações, essa emancipação ficou restrita aos gabinetes oficiais, todavia e sem dúvida, aguardando nova oportunidade para outra ofensiva se a opinião pública não estiver atenta contra tal absurdo.

Contraditória e impertinente, como se constata, a política indigenista brasileira. Falta-lhe o altruísmo, o desprendimento e a coragem cívica da Missão Rondon, o exemplo vivo e objetivo de como deve ser orientada, não por militares ou civis refestelados em tépidas poltronas, com polpudos ordenados, sem a menor vivência com a cultura fetichista de nossos aborígenes.

Solicitavam a todo pano sua emancipação, agora, restringem a todo vapor a movimentação de um índio, Juruna, suficientemente emancipado, um verdadeiro cidadão brasileiro, capaz de reagir às arbitrariedades cometidas contra seus irmãos da selva. O desassombro de suas respostas perante o público e as autoridades na defesa dos silvícolas causa espanto e admiração pelo impacto provocado e pela sólida argumentação usada.

Não vemos, pois, qualquer razão para que não possa comparecer, como qualquer cidadão livre, a um congresso internacional - Instituto Bertrand Russell, sem muitas credenciais para julgar os crimes cometidos contra os indígenas, se suas nações foram as maiores opressoras das raças vermelha e preta, mesmo ainda em recente passado.

Nossa culpa seria tão grande que não teríamos argumentos para contestar certas acusações lá surgidas e talvez apoiadas com evidentes razões por esse índio brasileiro?

Talvez os representantes da Funai, dentro de seus belos gabinetes e com salários polpudos, esquecidos do exemplo e da conduta inapagável de Rondon, sempre em contato direto com os silvícolas e apoiando-os em todas as situações, não tenham a estrutura ético-intelectual, por inépcia ou comodismo, para enfrentar ataques facilmente sanáveis se seguidas fossem as diretrizes desse grande sertanista brasileiro.

Necessário, finalmente, não se considerar o indígena mera peça de museu, isolando-o totalmente do fatalismo sociológico de uma evolução gradativa de um fetichismo para a explicação científica do mundo e do homem e nunca fruto exclusivo para estudos de inconsistente academicismo antropológico. Sempre proporcionar-lhe todos os meios necessários para voluntariamente e de modo progressivo se tornar capaz de se incorporar aos destinos do Brasil. Jamais transformá-lo, por precoce e indiscriminada emancipação, num pária ou num marginalizado da sociedade humana, como se o tem feito agora, com raras exceções.

Ruyter Demaria Boiteux